

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

5. Margens: superior 3cm, inferior 2cm, esquerda 3cm e direita 2cm;
6. A autoria (nome completo) deverá vir abaixo do título, à direita, em caixa alta. Em nota de rodapé (asterisco) deve ser colocada a Instituição de origem, Titulação e Agência financiadora, quando for o caso;
7. Os textos não deverão conter tabulação, colunas ou separação de sílabas hifenizadas;
8. O tamanho máximo de arquivo aceito é de 3MB. Caso seu trabalho contenha imagens estas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato de aproximadamente 5x5 cm e gravadas no próprio documento;
9. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão do programa editor de texto;
10. As citações de até três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses nome do autor em letras maiúsculas, ano de publicação e páginas (SILVA, 1993:11-14);
11. As citações a partir de quatro linhas devem ser em Times New Roman 10, itálico, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências devem constar no corpo do texto, entre parênteses, como no exemplo acima;
12. O uso de notas de rodapé deve ter apenas o caráter explicativo/complementar. Devem ser numeradas em algarismos arábicos seqüenciais (Ex.: 1, 2, 3, etc.) na fonte Times New Roman 10 e espaçamento simples;
13. As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto e de acordo com as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor.
14. As páginas devem ser numeradas (margem superior direita), com exceção da primeira.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Polêmicas historiográficas sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

FRANCISCO CESAR ALVES FERRAZ¹

Antes relegada ao interesse de pouco aficionados, a história da Força Expedicionária Brasileira tem, nos últimos anos, atraído um número crescente de pesquisadores civis e militares. Promovidos e organizados por pesquisadores de universidades dos estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, os dois *Seminários de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira*, realizados no Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009) e Curitiba (Museu do Expedicionário, 2011), apresentaram um conjunto de investigações recém concluídas e em curso, que mostram interesses variados, que vão das causas de entrada do país no conflito até as consequências sociais e políticas de tal participação. Da análise dessas iniciativas e das publicações mais recentes, foram selecionadas, para este trabalho, alguns pontos polêmicos da história dos expedicionários, que requerem mais investigações. A apresentação em questão visa aprofundar três das controvérsias historiográficas:

- a) a natureza do recrutamento da FEB, ou em outras palavras, a real composição, em termos etários, étnicos, sociais, educacionais, profissionais e físicos da FEB;
- b) o confronto entre duas experiências antagônicas de disciplina militar no Teatro de Operações da Itália, o que proporcionou a dicotomia, definida pelos próprios expedicionários, entre dois tipos de “exércitos” diferentes, o “exército de Caxias”, que correspondia àquele vivenciado cotidianamente no Brasil, e o “exército da FEB”, no qual

¹ Professor Associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Este trabalho apresenta reflexões do projeto de pesquisa “Força Expedicionária Brasileira: análise historiográfica e documental” (Pesquisador-Produtividade CNPq, 2010-2013).

as relações entre diferentes níveis hierárquicos eram menos rígidas e mais voltadas para a eficiência em combate;

c) as consequências políticas da constituição, envio e retorno da Força Expedicionária Brasileira, bem como as lutas políticas pela apropriação de seu significado.

a) O recrutamento, seleção e composição das unidades expedicionárias

Um dos tópicos mais polêmicos e ainda carentes de desenvolvimento é o do recrutamento, seleção física e composição da FEB. Como em outros países beligerantes, jovens na faixa dos 18 e 25 anos foram convocados para lutarem no conflito. Inicialmente, os exames físicos e intelectuais selecionariam uma elite de combatentes. O Corpo Expedicionário, originalmente, deveria conter três Divisões de Exército e uma Força Aérea, totalizando aproximadamente 60 mil homens. Tal força seria armada, equipada, treinada pelas forças estadunidenses e a elas subordinadas no teatro de operações (CASTELO BRANCO, 1960, p. 124-125).

A mobilização gradual do Exército foi autorizada, e o efetivo foi ampliado de 95 mil para 165 mil homens, aproveitando-se os conscritos de 1941, 1942 e 1943 (mantidos nas fileiras), bem como os reservistas, entre 21 e 30 anos, convocados. Havia a expectativa, gerada pelas entusiasmadas manifestações de estudantes nas ruas das principais cidades do país, de que a proporção do número de voluntários seria grande. Porém, isso não aconteceu. O número “insignificante e dolorosamente inexpressivo” de voluntários, “apesar dos “sucessivos apelos através de larga publicidade” foi considerado decepcionante pelo Ministério da Guerra. Oferecido o voluntariado, em 1943, a 2,4 milhões de jovens, entre 21 e 26 anos, apenas 2.750 se apresentaram e 1.570 foram julgados aptos e incorporados². Para as autoridades militares, também era preocupante a avalanche de pedidos de dispensa de setores do funcionalismo público

² BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1943**. Rio de Janeiro, p.20-21; 35-36.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

e de alta especialização técnica ao Ministério da Guerra, que atingia principalmente o pessoal mobilizado instruído, enquanto o pessoal sem instrução permanecia mobilizado.

Ficou logo evidente que a intenção de enviar um Corpo Expedicionário era ambiciosa demais para as condições reais. Em novembro de 1943 foi criada a Força Expedicionária Brasileira, composta por uma divisão de exército e um grupo de caça da força aérea. As duas outras divisões inicialmente planejadas foram sustadas³.

O recrutamento para a guerra repetia os problemas do serviço militar regular, e este as carências econômicas e sociais do país. Recrutados nas classes mais pobres da sociedade, os praças viam, na instituição militar, a garantia de um emprego, refeição e abrigo. A rotina dos quartéis era caracterizada por analfabetismo, má alimentação e higiene precária. Comparados com o custo de vida, o valor dos soldos eram baixos, e atrasava com frequência. Como consequência indireta dessa situação, a vida social dos soldados e de suas famílias gravitava em torno dos quartéis. Relações de dependência entre soldados e oficiais eram comuns, e tais laços sociais reproduziam e ao mesmo tempo reforçavam a ideologia do favor, por um lado, e o autoritarismo sem freios, de outro. O serviço militar, da maneira como era efetivamente praticado, se distanciava da concepção original de contrato social entre o cidadão e o aparelho de Estado (McCANN, 1982, p. 21-30; ANDRADE, In: ARRUDA, et alii, 1949, p. 314, 315). No exército regular, as relações sociais entre oficiais e praças variavam entre o paternalismo ocasional e o constante rigor punitivo, inclusive com castigos físicos, quando os praças incorriam em faltas passíveis de punição. Para muitos oficiais, era esse o único meio de tratar os soldados, a quem consideravam como seres inferiores. Surto de indisciplina, revoltas, amotinações, protestos coletivos, feitos em boa parte por praças (principalmente sargentos), eram constantes, e sua repressão, em geral, violenta (RODRIGUES, 2013; CARVALHO, p. 111-118). Nessas circunstâncias, a disciplina era mantida com mão de ferro, bem como a imagem do recrutamento militar como um castigo, presente na mentalidade popular durante todo o século anterior.

³ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1943**. Rio de Janeiro, p. 187-191.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁR

Assim, os jovens selecionados para o serviço militar no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial foram, na sua maioria, egressos das classes trabalhadoras rurais e das cidades, de nível baixo de instrução escolar e profissional. Uma parte significativa dos selecionados (30%, entre as décadas de trinta e quarenta) era analfabeta. Nos processos de seleção e exames, a cifra era maior que 50%, em 1940. Os exames médicos acusavam o estado sanitário precário do país que servia de base ao recrutamento, com quase a metade dos jovens examinados reprovados. A precariedade estrutural do Exército e a imagem negativa do recrutamento afugentavam a população da caserna, especialmente os filhos de classes médias e abastadas. As falhas no recrutamento eram ampliadas, principalmente nos municípios mais distantes do interior do país, com o desconhecimento, por parte dos jovens, de sua convocação, ou mesmo sua recusa em se apresentar (McCANN, 1982, p. 42-48; CARVALHO, p. 124; BEATTIE, 2001, p. 243).

Quando o país declarou Estado de Beligerância contra o Eixo, a luta por evitar o serviço militar intensificou-se, pois haveria o risco real de envolvimento em ações de combate e risco de vida. O uso de expedientes tradicionais de apadrinhamento político para escapar da convocação, foram intensificados (FERREIRA JUNIOR, p. 17-19).

De um lado, o “jeitinho” para não ir à guerra. De outro, a FEB concebida como “punição”. A consequência natural foi debilitar o moral dos futuros expedicionários, que viam com clareza a movimentação de praças e oficiais para escaparem da guerra e que, impunemente, faziam alarde de que seu sucesso se devia à proteção de altas autoridades.

Assim, em sua grande maioria, os futuros expedicionários eram conscritos, sem qualquer experiência de combate real, e que não tiveram outra alternativa a não ser apresentar-se à autoridade militar designada, submeter-se aos exames e incorporar-se às unidades expedicionárias.

Para pertencimento à FEB, foram estabelecidos os seguintes critérios: mínimo de 5 anos de escolaridade, 26 dentes naturais, altura e peso mínimos de 1,60cm e 60 kg, respectivamente. Dessa maneira, esperava-se que os exames médicos e psicológicos promoveriam certa seleção no

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

contingente (GONÇALVES, p. 67-69). Os critérios, a princípio, eram considerados rigorosos, de maneira a selecionar hipoteticamente uma elite de brasileiros para a guerra.

Os primeiros resultados dos exames foram bastante preocupantes para as autoridades militares brasileiras, cientes da falta de critérios rigorosos na sua aplicação. O número de examinados considerados física e intelectualmente aptos para pertencerem às tropas expedicionárias foi bem menor que o esperado. Assustou também o número de praças e oficiais do Exército regular com enfermidades que haviam passado despercebidas nos exames médicos de sua admissão à instituição, e que eram consideradas inaceitáveis para compor uma tropa em condições de entrar em combate (GONÇALVES, 1951, p. 77-78).

A solução encontrada foi rebaixar o nível de exigência dos exames, de modo a incluir na FEB os classificados como “normais”, bem como rever os resultados das incapacidades. Mesmo assim, de uma cifra total de 107.609 inspeções de saúde, foram registradas ainda 23.236 reprovações (GONÇALVES, 1951, p. 117-118). Como consequência, foram encaminhados para a Itália expedicionários que tiveram de ser tratados nos hospitais de campanha, ocupando leitos e a dedicação de médicos, dentistas e psiquiatras, que deveriam ter suas atenções voltadas para os feridos e doentes em combate, e não para sanar as falhas do processo seletivo.

Assim, as dificuldades de se institucionalizar o serviço militar e, principalmente, fazê-lo atingir a todos os cidadãos do sexo masculino em idade militar, contribuíram para determinar as formas como jovens eram incluídos ou dispensados das tropas expedicionárias. Antes da guerra, era notório que o serviço militar recaía preferencialmente sobre os jovens mais pobres e de menor escolaridade das zonas rurais e urbanas do país. Os contemporâneos, com base mais em impressões pessoais do que em dados documentais, contribuíram para consolidar a imagem, poucas vezes questionada, de que a FEB era composta por jovens pobres, egressos das classes trabalhadoras urbanas e rurais, e até analfabetos e desdentados – havia, com efeito, vários deles, mas não na proporção branca-eônica sugerida por algumas opiniões. Também contribuíram para essa imagem generalizada os resultados preocupantes da seleção física, na qual algumas regiões

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

militares, principalmente do norte e nordeste do país, exibiam números alarmantes em relação ao estado de saúde dos convocados examinados. Assim, nos estudos posteriores à guerra, a composição “popular” da FEB permitia a defesa de um paradoxo: mesmo desdentados, esquálidos, franzinos e analfabetos, os matutos, os sertanejos de Euclides, teriam vencido os poderosos representantes da “raça superior”...

Pesquisas recentes, porém, têm mostrado que a FEB pode ter reunido um grupo combatente mais seletivo do que se imaginava. Um estudo de Cesar Maximiano, por exemplo, conferiu as requisições de calçados e uniformes da FEB para serviço de intendência estadunidense, e notou que a maioria dos expedicionários vestia e calçava tamanhos acima da média brasileira. Verificando os registros dos endereços dos mortos da FEB, Maximiano também constatou que a esmagadora maioria era proveniente das zonas urbanas, ou seja, configurava um grupo diferente da “média” brasileira, que registrava aproximadamente 70% dos habitantes como residentes na zona rural e 30% residentes nos núcleos urbanos, segundo o Censo de 1940. Assim, segundo Maximiano, há fortes indícios de que os planos de selecionar uma elite tivessem obtido sucesso, pois havia uma parcela expressiva da FEB com o biótipo planejado pelo Ministério da Guerra, bem como uma população de extração urbana, com maiores índices de alfabetização e especialização profissional do que a média do país (MAXIMIANO, 2010, p. 54-64).

Afinal: foi embarcada para a Itália uma tropa expedicionária de elite, uma amostragem mais ou menos fiel da população do país, ou uma tropa de deserdados do destino? Qual foi a composição da FEB? As dúvidas sobre essa questão são potencializadas pela dificuldade de se encontrar uma documentação sistematizada sobre a seleção. Não há uma centralização completa dos acervos das unidades que compuseram a FEB. O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) possui, por exemplo, centenas de fichas de reservistas de expedicionários, preenchidas no momento de baixa, após o final da guerra. Mas essas fichas são do Depósito de Pessoal, embarcado com o 4º Escalão, e não dos escalões que foram originalmente enviados para o combate. A documentação desses regimentos está nas unidades originárias. O fato da documentação dos regimentos febianos estar alocada em unidades ainda em funcionamento e,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

portanto, não estar no AHEx, faz com que esses acervos permaneçam dispersos. Isso afeta profundamente a pesquisa. Sequer o número de voluntários para a FEB é possível precisar com alguma certeza, pois os dados disponíveis são os dos relatórios do Ministério da Guerra de 1943 e 1944. Inexplicavelmente, o Relatório de 1945 não é encontrado no AHEx do Rio de Janeiro, nem em seu similar em Brasília, tampouco no Arquivo Nacional . Quando encontrado, poderia ter imenso valor na pesquisa sobre a FEB nos momentos que antecederam o combate e em ação na Campanha da Itália. Sobre a composição da FEB, portanto, há muito que pesquisar, contribuindo tanto para o entendimento do processo de formação das unidades expedicionárias, quanto para outros tópicos nos quais esse conhecimento é importante, como por exemplo, as proporções entre oficiais da ativa e da reserva na composição das forças combatentes, as relações entre praças e oficiais, a questão da disciplina na zona de combate e na retaguarda e, por último mas não menos importante, as facilidades ou dificuldades na reintegração social e profissional do pós-guerra.

b) Exército de Caxias versus Exército da FEB

Em vários depoimentos orais e relatos memorialísticos dos veteranos da FEB, é lembrada a transformação do tipo de relacionamento entre subordinados e superiores hierárquicos, que eles teriam vivenciado no Brasil, para uma relação menos rígida e mais cooperativa que viveram na Campanha da Itália. Essas mudanças eram notadas já nos navios de transporte estadunidenses que os levaram para o Teatro de Operações do Mediterrâneo. Seguindo, desde a partida, sob autoridade militar estadunidense, os expedicionários ficaram impressionados com o funcionamento eficiente da vida a bordo. Todas as rotinas das duas semanas de duração da viagem — limpeza, horários para refeições, higiene pessoal, treinamento para evacuação de emergência do navio, frequência ao convés — eram submetidas a regras rigorosas, cumpridas com zelo pelos brasileiros. Para muitos dos expedicionários, acostumados a tratar a impuntualidade e o descaso com os regulamentos como componentes naturais da vida na

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

caserna, era até surpreendente sua adaptação a uma estrutura tão organizada e eficiente. Paulatinamente percebiam que a disciplina exigida a bordo não era aquela voltada para a mera exteriorização da autoridade, mas sim a forma mais prática e objetiva de solucionar problemas de convivência e segurança de mais de cinco mil homens a bordo (ANDRADE, 1949, p. 322)..

Mais surpresas os aguardavam depois do desembarque. Perceberam que teriam de adaptar-se a outros procedimentos impensáveis em unidades militares brasileiras, como o relaxamento da obrigatoriedade de continência a cada aproximação de superiores. No Teatro de Operações, tal exigência tinha contextos mais precisos, principalmente na frente de combate. A eficiência e resolução dos problemas na retaguarda e no front eram mais importantes que a demonstração repetitiva de quem é que mandava e quem é que deveria obedecer (ANDRADE, 1949, p. 367-368).

O que teria causado tais mudanças nas relações hierárquicas, justamente em meio ao conflito, onde ordens não podem ser questionadas, mesmo que possam significar a diferença entre a vida e a morte dos combatentes? Um dos principais fatores para tal transformação nas relações interpessoais dentro das forças combatentes fora a esmagadora presença de cidadãos comuns, civis convertidos em soldados. Mesmo nos Estados Unidos, a regra em tempos de paz, nos seus quartéis, era a insistência dos militares regulares no cumprimento de ordens e rituais pouco úteis em combate, mas capazes de fazer lembrar constantemente aos praças quem mandava e quem deveria obedecer. Ou, como os soldados americanos chamavam pejorativamente, “*chickenshit*”. Quando a mobilização para a guerra inseriu mais de quinze milhões de jovens civis nas forças armadas, a minoria militar de carreira acabou adaptando-se, mesmo a contragosto, a uma sociabilidade mais “paisana”. O ponto de equilíbrio encontrado entre esses dois universos tão distantes foi o da busca da eficiência em combate: pelo menos teoricamente, toda autoridade deveria emanar do mérito e ser canalizada para culminar na vitória, ou seja, na preservação da vida dos seus combatentes e na derrota do inimigo (FUSSEL, 1989, p. 79-95; MAXIMIANO, 2010, p. 357 e segs).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

O “apaisanamento” do mundo militar ajuda a explicar essa transformação nos costumes disciplinares, mas não é suficiente, pois na Grande Guerra anterior, nada disso ocorrera, apesar do ingresso de milhões de conscritos. Uma possível razão para tal fenômeno ter ocorrido apenas na Segunda Guerra Mundial seria a natureza específica do modo de combate do conflito dos anos 1940: uma guerra de movimento constante, onde as iniciativas para combinar movimento e poder de fogo, cobertura e proteção individual e coletiva, deveriam ser desenvolvidas desde os pequenos escalões, muito diferente da guerra anterior, “de posição”, inerte por meses ou anos em trincheiras, onde não havia outra coisa para o soldado fazer, senão aguardar a decisão dos oficiais e subir temerariamente a trincheira para enfrentar as saraivadas de chumbo e aço do inimigo. A “capilarização” do poder de decisão em combate desenvolveu hierarquias baseadas mais na eficiência em combate do que na quantidade de estrelas e divisas de um comandante.

Deve ser enfatizado que de modo algum tais práticas, desenvolvidas ao longo dos meses, em contato com o exército americano, representavam a dissolução da hierarquia ou faziam o exército combatente menos marcial. Tratava-se de um exército cuja maioria não era militar de carreira, e que sonhava voltar para suas atividades civis depois de terminada a guerra. Era composto de cidadãos-soldados, conscientes de que a posição hierárquica superior era temporária, que decorria dos méritos individuais e que suas prerrogativas limitavam-se ao serviço ativo. Isso era exatamente o oposto ao modelo do “exército de Caxias”, no qual muitos oficiais entendiam sua superioridade hierárquica como algo inato e imanente, e que deveria ser exercitado em todas as relações sociais, dentro e fora dos quartéis.

Estas relações sociais diferenciadas foram percebidas pelos soldados e a partir delas estabeleceram uma comparação entre o exército em que estavam lutando, o “*Exército da FEB*”, e o exército que deixaram no Brasil, o “*Exército de Caxias*”. A identificação (negativa) do tipo de exército com o seu patrono revela uma percepção diferente daquela desejada pelas autoridades militares quando determinaram a figura de Caxias como o Patrono do Exército e seu principal modelo. Se para os oficiais regulares a imagem de Caxias fazia parte da constituição de seu próprio senso de honra militar, para a maioria dos praças, a forma como o culto a Caxias e

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

suas virtudes foi realizado transformou-o, de modelo a ser adotado, em uma caricatura da vida cotidiana na caserna.

A comparação favorável às instituições e práticas americanas, porém, tinha limites. Por mais que os recursos materiais americanos tivessem sido colocados à disposição da FEB, por mais que sua organização de combate parecesse bem melhor que aquela dos quartéis brasileiros, isso não fez dos expedicionários admiradores acríticos de tudo que fosse relacionado aos seus “irmãos de armas”. Eles também tinham seus problemas. Em suas forças armadas havia a segregação racial e, próximo à região de ações da FEB, havia uma divisão de exército americano composta por praças negros e comandada por oficiais superiores brancos, a 92ª Divisão de Infantaria (“*Buffalo Division*”). Para oficiais do comando americano, era uma unidade problemática, com baixo grau de confiabilidade em combate e caracterizada por tensões raciais entre praças negros e oficiais brancos, especialmente os provenientes do sul dos Estados Unidos. Se para vários expedicionários brasileiros havia alguma contradição entre viver na ditadura do Estado Novo e lutar pela democracia, esta podia ser temporariamente obscurecida pela constatação de que o mesmo país que lhes oferecia exemplos de novas relações sociais era capaz de enviar milhares de negros para combater e até morrer pela pátria, e mantê-los segregados sistematicamente durante e depois de encerrada a guerra (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 155-182).

O contraste era maior ainda porque a FEB foi, em toda a Segunda Guerra Mundial, a única unidade de exército em que havia integração racial. Isso não quer dizer que estava imune a episódios de racismo, mas tais incidentes nunca configuraram uma discriminação estrutural e sistemática, como nas forças americanas (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 162-172). Na verdade, a FEB não era nem mais nem menos racista que a própria sociedade brasileira. Os expedicionários reproduziram as relações raciais da sociedade que representavam, bem como acreditavam, tal como a maioria da população que ficara no Brasil, numa “democracia racial” que não antagonizava diretamente brancos, negros e mestiços. Ademais, a camaradagem exercitada na dependência mútua durante as missões ajudou a mitigar muitos resíduos de racismo ainda persistentes. Na autoimagem construída pela maioria dos expedicionários, a FEB

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

era, assim, radicalmente diferente do racismo segregador americano (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 175-176).

Até que ponto se pode dizer que houve, realmente, uma mudança nas práticas das relações disciplinares da Força Expedicionária Brasileira? Essas práticas encontraram eco em outros depoimentos? Houve alguma referência, positiva ou negativa, por parte das autoridades militares brasileiras no Teatro de Operações, que corrobore essa hipótese? E se realmente houve essa mudança nas práticas disciplinares, porque tais práticas não perduraram ou pelo menos encontraram eco na insituição militar brasileira no pós-guerra, como aconteceu na insituição militar estadunidense, onde inclusive foi designado, em 1946, uma comissão de alto nível, dirigida pelo Brigadeiro-General James Doolittle (DOOLITTLE, 1946), para avaliar as queixas dos excessos de autoritarismo entre os oficiais militares, em suas relações com os cidadãos-soldados, e cujas conclusões e sugestões fundamentaram as regulamentações disciplinares no exército do país a partir de então?

Assim, deve-se separar o que é episódico, pontual, acessório, do que é constante, estrutural e essencial. Exatamente por isso, as eventuais práticas mais “liberais” nas relações entre as diferentes hierarquias da FEB devem ser estudadas como uma hipótese a ser confirmada, ou não,

c) Consequências políticas da participação

Se os combatentes negros estadunidenses se situavam em uma contradição insolúvel – lutar em outro continente contra regimes fascistas e racistas, mas vivenciar a segregação racial no próprio país e nas forças armadas, o envio da FEB para lutar contra o nazi-fascismo proporcionava, ao irmão de armas da América do Sul, a sua própria contradição. Por que enviar milhares de cidadãos para lutar contra um regime nazi-fascista, se no próprio país havia um regime com práticas, no mínimo, semelhantes?

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A criação da FEB foi um ato, ao mesmo tempo, de política externa e política interna. A adesão à causa aliada contra os fascismos alemão e italiano se punha em absoluta contradição com o caráter autoritário e repressivo do Estado Novo no país. E quando a balança do resultado da guerra começou a pender definitivamente para a vitória dos Aliados, começavam a ser articuladas, pelas oposições ao Estado Novo, as pressões para o fim do regime autoritário.

A FEB, assim, entrara nas cogitações dos atores políticos, seja como símbolo poderoso, seja como aliada, seja como alvo de inquietação. Na Itália, depois do armistício e enquanto esperavam os navios-transporte de volta, os expedicionários, principalmente oficiais, discutiam a política brasileira. Mas os expedicionários, quando chegaram, não puderam usar o simbolismo da FEB para suas lutas, pois foram rapidamente desmobilizados e proibidos de se manifestarem em nome da FEB (SILVEIRA, 1965, p. 23, 31 e 32).

A maioria das tentativas de explicação de tal dissolução e desmobilização apressadas associaram-nas ao processo de crise do Estado Novo e deposição de Vargas. A versão mais comum é aquela que coloca a FEB como uma espécie de vanguarda armada e/ou simbólica da oposição ao Estado Novo. Essa visão deve ser questionada. Os atores políticos principais do Estado Novo possuíam diferentes perspectivas em relação aos expedicionários da FEB, e vice-versa. Deve ser objeto de questionamento e, portanto, de pesquisa mais aprofundada, quais os posicionamentos de Vargas, Goes Monteiro e Dutra, os principais nomes do Estado Novo, em relação à FEB. Por outro lado, também deve ser objeto de questionamento as idéias e atitudes que oficiais e praças da FEB possuíam sobre o Estado Novo e sobre Getúlio Vargas (FERRAZ, 2012, 106-116).

As eleições presidenciais marcadas para dezembro de 1945, com as candidaturas militares do general Eurico Dutra à presidência, pelo Partido Social Democrático (PSD), e do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, contribuíram decisivamente para tornar o problema da volta da FEB ao Brasil uma questão eminentemente política. Porém, ao contrário do brigadeiro, Dutra jamais poderia utilizar a FEB, concreta ou simbolicamente, como apoio à sua candidatura. Por sinal, a

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

notícia da candidatura do general Dutra à Presidência da República repercutiu muito mal entre os oficiais da FEB na Itália, pois além do rancor contra uma má vontade atribuída a Dutra, em relação aos expedicionários, politicamente o percebiam como a continuidade do regime (COUTINHO, 1955, p. 416). E o ministro da Guerra sabia que raros oficiais febianos o apoiariam. Amortecer o impacto político do retorno da FEB, dentro e fora do Exército, tornou-se, portanto, a linha de ação do Ministério da Guerra, até mesmo depois que Dutra exonerou-se da pasta, para candidatar-se oficialmente, uma vez que fora substituído por Goes Monteiro. Este não apenas manteve como ampliou as medidas restritivas à FEB e aos seus oficiais.

Quanto a Vargas, sua posição em relação à FEB é marcada pela ambiguidade. As festas de retorno dos expedicionários foram verdadeiras celebrações da popularidade de Getúlio, que via nos soldados da FEB apoiadores fiéis, ao invés de tropas prontas para derrubá-lo⁴. Sabia, porém, o presidente, que não desfrutava da mesma popularidade com os oficiais febianos. Assim, seria até plausível que aquiescesse ao ostracismo dos oficiais febianos, mandados para guarnições distantes, logo depois da volta para casa. Mas a realocação de oficiais regulares febianos pelas unidades do país era assunto interno ao Exército e às suas lideranças hierárquicas (BRAYNER, 1968, p. 520-521).

Alguns elementos precisam ser acrescentados nesta discussão. O “perigo comunista”, real ou superestimado, teve papel importante nas relações entre os diferentes agentes políticos, neste processo de volta dos expedicionários e final do Estado Novo. Como “os suspeitos de sempre”, os comunistas tornaram-se argumento decisivo para um endurecimento com relação à FEB, à medida que Vargas começava a aquiescer à campanha queremista, em favor de sua manutenção no poder⁵.

⁴ Alzira Vargas. Entrevista ao CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 85; A ovação pública a Getúlio Vargas, na chegada dos escalões da FEB, impressionou o general Goes Monteiro e vários oficiais. Cf. COUTINHO, 1955, p. 420, SMALLMAN, 1998, p. 238 e segs; SILVA, 1976, p. 260.

⁵ FERRAZ, 2012, p. 112-114; CPDOC-FGV, Augusto do Amaral Peixoto. **Entrevista**, p. 352-353. SMALLMAN, , 2002, p. 78-79.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

Tratava-se, segundo Goes Monteiro, de uma estratégia de luta contra o comunismo, cada vez mais aliado de Vargas. O perigo seria mais pronunciado ainda porque, segundo o Ministro da Guerra, haveria grupos de oficiais expedicionários “que, consciente ou inconscientemente, estão publicamente insuflando a indisciplina com atitudes inconvenientes”, com seus nomes exaltados pela “imprensa vermelha”. Assim, insistia o chefe do Estado-Maior do Ministério da Guerra, formas de contestação política não-comunistas poderiam ser associadas àquelas dos comunistas e, combinadas à aquisição clandestina de armas da FEB pelas células do partido, produziriam um perigo concreto para a ordem social e política.

Mas nenhuma comoção à ordem social foi registrada, tampouco os ex-febianos participaram de alguma manifestação mais contundente. Com os expedicionários já em seus lares, militares e civis de diversas origens se reuniram e derrubaram Vargas, com um típico golpe militar, em 29 de outubro de 1945. Entre os principais articuladores, Cordeiro de Farias era o único oficial que tinha pertencido à FEB. O comandante da Vila Militar do Rio de Janeiro, general Renato Paquet, e alguns oficiais egressos da FEB, apoiavam Vargas e estavam prontos para resistir. Getúlio, porém, optou por recolher-se à sua estância, o que poupou um possível conflito grave na força. Já na Aeronáutica, o 1º Grupo de Caça da FAB, apesar de brigadeirista, não apoiou o golpe, razão pela qual seu comandante, Nero Moura, e vários oficiais, foram presos. O golpe estava consolidado SILVA, 1976, p. 265-266).

Assim, é possível questionar a hipótese de que a FEB “derrubou” o Estado Novo e/ou Vargas. O regime autoritário de 1937 já estava agonizando quando a FEB sequer tinha tomado o Monte Castelo. Embora seu simbolismo pudesse ser usado – e foi – para reforçar a campanha contra o Estado Novo, foram as ações concretas de vários grupos políticos que minaram a possibilidade de continuísmo de Vargas. E é importante sublinhar a diferença essencial entre o fim do Estado Novo (cuja existência e permanência se punha em contradição com a criação e desenvolvimento da FEB) e a deposição de Vargas em outubro de 1945 (para a qual, a volta dos expedicionários pouco ou nada interferiu).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

Diferentemente do que foi propagado no momento, pelos vencedores do golpe que afastou Getúlio Vargas da presidência, é questionável que a FEB tenha derrubado Vargas, assim como é duvidoso que este “temia” a FEB. As maiores resistências à FEB, antes do seu envio e depois, em seu retorno, partiram justamente de Dutra e Goes Monteiro, que teriam mais a perder do que Getúlio Vargas. Qualquer que seja a versão historiográfica escolhida, alguns pontos são constantes: o incômodo que representava para o “exército de Caxias” esse novo tipo de exército, o “exército da FEB”, mais liberal e democrático; o receio de que os oficiais febianos pudessem tornar-se o fiel da balança político-eleitoral; mas, principalmente, o temor de que os praças expedicionários, entre os quais Vargas desfrutava de grande popularidade, pudessem apoiá-lo e empolgar a população para soluções diferentes daquelas do pacto conservador das elites políticas brasileiras para a sucessão de Vargas (lê-se, ou Dutra ou Eduardo Gomes).

Destarte, verificar o impacto, real ou simbólico, da FEB na conjuntura política de 1945 é algo a ser estudado com isenção de explicações baseadas nas interpretações compostas *a posteriori*. Vale lembrar que, entre os generais que derrubaram Vargas, em outubro de 1945, apenas Cordeiro de Farias era febianos, e sua condição de expedicionária pouco contou para sua participação no movimento que emparedou Vargas, em outubro de 1945. Uma hipótese plausível, mas que deve ser confirmada ou não pela pesquisa documental, é que não foi o retorno da FEB que derrubou o Estado Novo (porque o regime já estava com dos dias contados quando os expedicionários retornaram), mas sim o seu encaminhamento para combate.

Por outro lado, o retorno dos expedicionários causou preocupação com relação à adesão destes a um dos vários lados em disputa: a algum dos candidatos, ou ao quererismo de Vargas ou mesmo ao comunismo, recém-emergido de sua proscricção . Algumas pesquisas recentes têm mostrado que as diretivas do Ministério da Guerra, já com Goes Monteiro à frente, tinham como objetivo amortecer o impacto político da volta dos expedicionários. Algumas fontes documentais dispersas sugerem que, diferentemente dos oficiais, cuja maioria se alinhava em oposição a Vargas, a esmagadora maioria dos praças expedicionários se colocava a favor de Vargas e de sua permanência. Novas abordagens e documentação alternativa poderão oferecer melhores respostas

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

à questão, crucial para o entendimento das consequências políticas da FEB, cujos desdobramentos foram importantes não apenas para a política brasileira, mas para a própria reintegração dos ex-combatentes ao período pós-guerra.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, José X. Gois de. Espírito da FEB e espírito do “Caxias”. In: ARRUDA, et alii, **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: s. ed., 1949.

BEATTIE, Peter. **The tribute of blood**. Army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945. Durham: Duke University Press, 2001.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

COUTINHO, Lourival. **O General Goes depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Ramos, 1955.

DOOLITTLE, James. **Officer-Enlisted Men Relationships**. Report of the Secretary of War's Board on Officer Enlisted Men Relationships to Robert Patterson, Secretary of War. Washington, D.C., Government Printing Office, May 27, 1946.

FERREIRA JUNIOR, Alcemar. Uma visceral rebeldia: clientelismo e isenções no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944). In: SANTOS, Cláudia R. Andrade dos (et al.). **Estudos – vol. II** - Série Grupo de Pesquisa LEPH/Programa de Mestrado em História Social/Universidade Severino Sombra, Curitiba, 2007.

FUSSEL, Paul. **Wartime: Understanding and Behaviour in the Second World War**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

GONÇALVES, Carlos Paiva. **Seleção Médica do Pessoal da FEB, História, funcionamento e dados estatísticos**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

_____. OLIVEIRA, Dennison de. Raça e Forças Armadas: o caso da Campanha da Itália (1944-45). **Estudos de História**. Franca, vol. 8, n. 1, 2001, p. 155-182.

McCANN, Frank D.. **A Nação Armada**. Recife: Guararapes, 1982.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

RODRIGUES, Everton Gustavo. **Ruídos e vozes do Porão Fardado**: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército (1940-2000). Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVA, Helio. **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVEIRA, Joel. **As duas guerras da FEB**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1965.

SMALLMAN, Shawn. The official story: the violent censorship of Brazilian veterans, 1945-1954. **Hispanic American Historical Review**. Vol. 78, Nº 2, 1998.

SMALLMAN, Shawn. **Fear & Memory in the Brazilian Army & Society, 1889-1954**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002, p. 78-79.